

ANGÉLICA PEREIRA SCHULZ

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: UMA
ANÁLISE MULTIMODAL**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCeub/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de conclusão de curso de pós-graduação *Lato Sensu*, na área de Revisão de Textos.

Orientador: Prof^a. Dra. Joana da Silva Ormundo

Brasília

2010

ANGÉLICA PEREIRA SCHULZ

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: UMA
ANÁLISE MULTIMODAL**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCeub/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de conclusão de curso de pós-graduação *Lato Sensu*, na área de Revisão de Textos.

Orientador: Prof^a. Dra. Joana da Silva Ormundo

Brasília, ____ de _____ de 20__.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

Prof. M.Sc. Flávia de Oliveira Maia Pires

Prof. Dra. Francisca Cordélia Oliveira da Silva

DEDICATÓRIA

*Aos meus amados filhos
Annelise, Gabriel e Filipe,
razão de minha vida e motivo
para persistir sempre.
Agradeço pela compreensão,
carinho e apoio nos momentos
em que não pude dar a
atenção merecida.*

AGRADECIMENTOS

***À Deus,** autor da minha fé, auxílio bem presente nos momentos de angústia e dúvida.*

***Aos meus pais, Alcides e Maria de Lourdes,** pelo carinho, exemplo e palavras de incentivo.*

***Aos meus amigos de curso,** especialmente Pedro Valadares e Viviani Reiter, pelo companheirismo, risos e apoio durante a jornada.*

***Aos professores do curso,** especificamente Tânia Cristina, Patrícia Vieira e Josênia Antunes Vieira, pelo carinho, zelo e dedicação na arte de ensinar e por fazerem jus ao título de “mestres por excelência”.*

***À orientadora, Prof^a. Dra. Joana da Silva Ormundo,** por ter aceitado o desafio de orientação desta pesquisa.*

“As **palavras** foram feitas p’ra dizer”

(Graciliano Ramos)

“Com tudo mudando tão depressa, não se tem a chance de encontrar a **imagem** de sua fantasia quando você está pronto para ela”.

(Andy Warhol)

Resumo

Esta pesquisa investiga a representação social do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Analisa especificamente dois cartazes e a logomarca sobre o processo de virtualização e o *site* oficial do STJ, a fim de comprovar que a linguagem multimodal utilizada nesses textos expõem o discurso social e ideológico do tribunal. Foram estudados os pressupostos teóricos da Semiótica Social, Ideologia, conceitos de cidadania e dimensões dos direitos humanos com a finalidade de verificar de que forma o tribunal se constitui socialmente como Tribunal da Cidadania. A metodologia utilizada é o da pesquisa qualitativa, analisando-se o máximo de informações sobre o objeto de pesquisa, conforme teoria de Goldenberg (1997). A análise do *corpus* está embasada nas categorias analíticas da Semiótica Social e em componentes multimodais (modalização visual e linguística) e da gramática da sintaxe visual, conforme estudos de Kress e van Leeuwen. Por meio da análise do *corpus* desse trabalho, verificou-se que os textos multimodais utilizados pelo STJ possibilitam a representação social do tribunal, na construção do discurso ideológico defendido pela instituição de Tribunal da Cidadania.

Palavras-chave: Semiótica Social. Ideologia. Representação Social. Multimodalidade. Gramática da Sintaxe Visual.

Abstract

This research investigates the social representation of the Superior Tribunal de Justiça (STJ). It specifically analyses the virtualization process logotype, two posters about it, and the official STJ's website, seeking to establish that the multimodal language used in these texts expose the court's social and ideological discourse. Were studied the Social Semiotics' theoretical assumptions, Ideology, citizenship concepts and human rights dimensions in order to verify the ways in which the court constitutes itself as Court of Citizenship. The methodology used was the qualitative research, analyzing as much information as possible on the research subject, according to the Goldenberg theory (1997). The *corpus* analysis is based on the analytical categories of the Social Semiotics, on multimodal components (visual and linguistic modalization) and on the visual syntax grammar, according to the studies of Kress and van Leeuwen. According to this paper's *corpus* analysis, it was verified that the multimodal texts utilized by the STJ make possible the social representation of court, in the ideological discourse's construction held by the institution as a Court of Citizenship.

Key-words: Social Semiotics. Ideology. Social Representation. Multimodality. Visual Syntax Grammar.

SUMÁRIO DAS ILUSTRAÇÕES

Organograma 1. Caminhos para a análise social.....	14
Organograma 2. Processo comunicacional – semiótica social.....	16
Figura ilustrativa 1. Eixo da verticalidade.....	23
Tabela ilustrativa 1. Recursos modalizadores.....	27
Organograma 3. Cidadania e correlação com direitos humanos.....	37
Figura 2. Folder A – Processo de virtualização.....	44
Figura 3. Folder B – Processo de virtualização.....	49
Figura 4. Logomarca do programa de virtualização.....	52
Figura 5. Página do <i>site</i> do STJ na internet.....	54
Figura 6. <i>Link</i> do STJunior.....	59
Figura 7. <i>Link</i> dos programas e projetos institucionais.....	60
Figura 8. Página do <i>twitter</i> do STJ.....	61
Anexos.....	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
1.1 Análise do Discurso Crítica.....	12
1.2 Semiótica Social.....	15
1.3 Multimodalidade.....	19
1.4 Gramática do <i>Design</i> (Sintaxe) Visual.....	22
1.5 Modalização Linguística e Visual.....	24
1.6 Ideologia.....	28
1.7 Representação Social.....	30
CAPÍTULO 2. ESTUDOS	32
2.1 Formação do conceito de cidadania.....	32
2.2 Dimensões dos Direitos Humanos.....	35
CAPÍTULO 3. CONTEXTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	38
CAPÍTULO 4. ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	66
ANEXO A: Tabela 1: pessoas beneficiadas por programas sociais do STJ.....	68
ANEXO B: Tabela 2: índices de redução do impacto ambiental.....	68
ANEXO C: Tabela 3: pessoas beneficiadas por projetos de cidadania.....	69
ANEXO D: Tabela 4: demonstrativo mensal de pedidos recebidos na Ouvidoria do STJ.....	70
ANEXO F: Foto do vitral da escultura “Mão de Deus”	72

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar a representação social do Superior Tribunal de Justiça. A pesquisa verifica especificamente como os textos multimodais utilizados pela instituição expõem a imagem ideológica do tribunal, possibilitando a representação social de Tribunal da Cidadania.

Os referenciais teóricos que orientam esta pesquisa estão ancorados nos seguintes pressupostos: i) Análise do Discurso Crítica, na vertente da transdisciplinaridade, conforme pesquisas de Fairclough; ii) Teoria da Semiótica Social (multimodalidade e gramática da sintaxe visual), sob o enfoque de Kress e van Leeuwen.

A metodologia utilizada é a da pesquisa qualitativa, conforme pressupostos de Goldenberg e o *corpus* se constitui de textos multimodais usados pelo STJ: dois cartazes, a logomarca sobre virtualização de processos e o *site* do tribunal na internet.

A resposta ao questionamento deste trabalho perpassou os citados caminhos teóricos e foi efetivada em quatro capítulos apresentados a seguir.

No capítulo um foram estudadas as seguintes bases teóricas: i) Análise do Discurso Crítica, na vertente da transdisciplinaridade, segundo Fairclough, com a finalidade de verificar como se constitui a linguagem como prática social; ii) Semiótica Social, para analisar como os signos semióticos atuam em processos

comunicacionais de determinados contextos sociais; iii) Multimodalidade, para se verificar a maneira como palavra e imagem (modos semióticos) operam em textos multimodais; iv) Gramática da sintaxe visual, pelo viés da modalização linguística e visual, para embasar a análise de textos multimodais do tribunal; v) Ideologia, para verificação de que modo se constitui ideologicamente o discurso do STJ e vi) Representação Social, com a finalidade de identificar como são determinadas as várias formas de ações sociais.

No capítulo dois foram feitos estudos para analisar como o conceito de cidadão e de cidadania e das dimensões dos direitos humanos se constituíram ao longo da história e de como esses conceitos estão hoje consolidados, de acordo com novos paradigmas na pós-modernidade.

No capítulo três objetivou-se avaliar as ações do tribunal referentes aos programas virtuais e de ações de preservação do meio ambiente a fim de demonstrar como essas práticas estão correlacionadas à defesa do ideal de cidadania e das dimensões dos direitos humanos.

No capítulo quatro avaliou-se o *corpus* deste trabalho, composto de textos multimodais (dois cartazes e logomarca do programa de virtualização de processos) e da página do tribunal na internet (*site* oficial), conforme as bases teóricas apresentadas nos capítulos anteriores.

As considerações finais destinam-se a responder que textos multimodais representam socialmente o STJ, por meio de diferentes semioses discursivas, expondo o discurso ideológico de Tribunal da Cidadania.

CAPÍTULO 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo aborda as teorias que darão ancoragem à investigação deste trabalho, cujo objetivo é avaliar os textos multimodais utilizados pelo STJ e de como estes textos podem representar discursivamente, socialmente e ideologicamente a imagem do tribunal. Para isso, foram estudados pressupostos teóricos da Análise do Discurso Crítica, da Semiótica Social, com enfoque na teoria da multimodalidade e da gramática do *design* (sintaxe) visual e estudo sobre ideologia e representação social.

1.1 Análise do Discurso Crítica (ADC)

Neste item será estudada Análise do Discurso Crítica (ADC), na perspectiva da transdisciplinaridade feita por Fairclough (2006, apud Ormundo, 2010). proposta em sua obra *Language and Globalization*. A intenção é verificar de que modo o autor apresentou os estudos do modelo tridimensional da ADC, sob a perspectiva da transdisciplinaridade, a fim de investigar a linguagem na globalização. Esta análise contribuirá para o objetivo da pesquisa, relacionada à análise de como o STJ utiliza a linguagem multimodal.

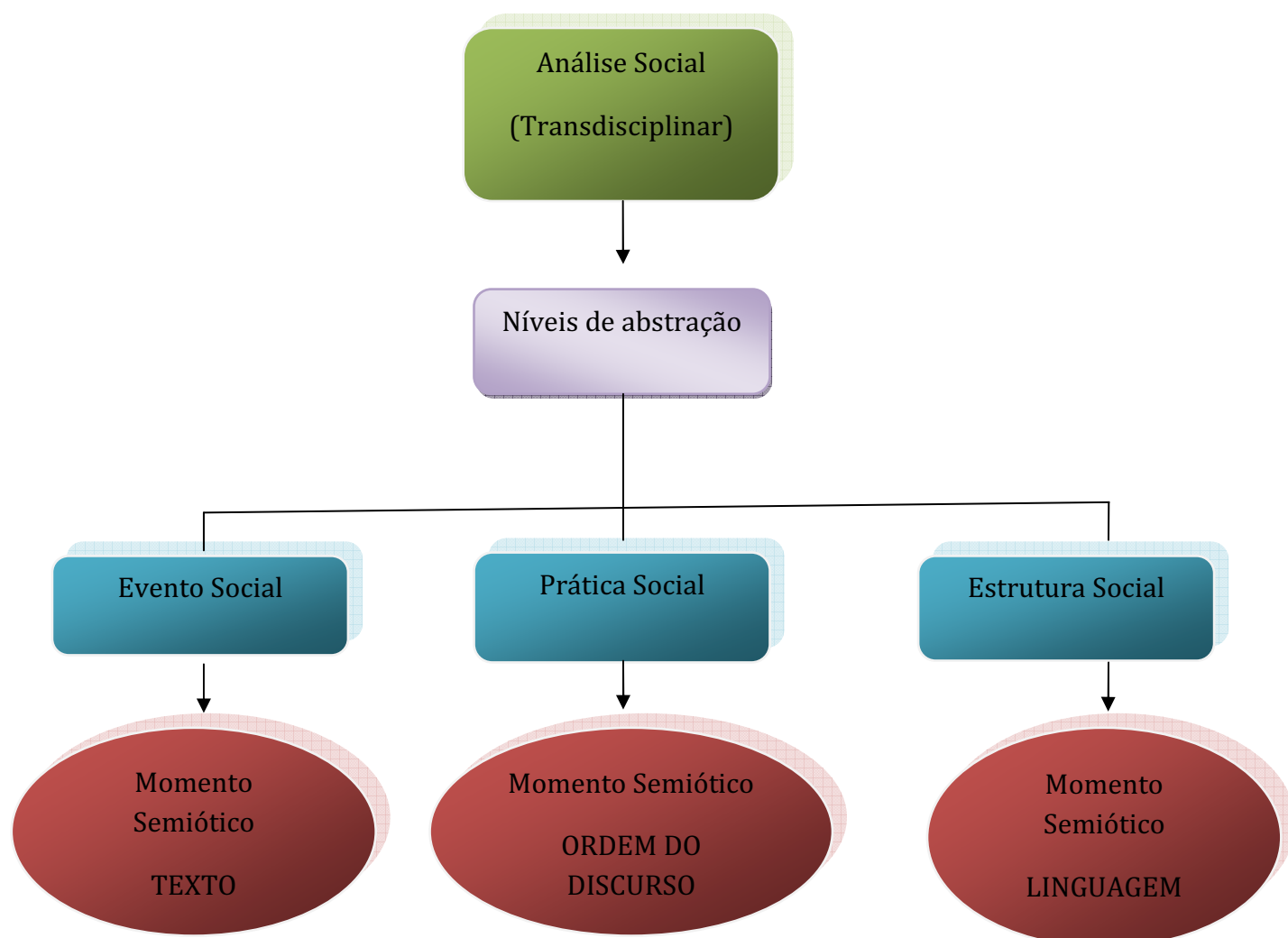
Norman Fairclough é reconhecido como um dos principais teóricos da ADC. Segundo o modelo tridimensional da ADC (Texto – Prática Discursiva – Prática Social), apresentado pelo autor na obra *Discurso e Mudança Social* (2001), o

discurso é o momento da prática social, que contribui para a “constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são adjacentes” (Fairclough 2001, p. 91). No entanto, o que se quer abordar neste item é a nova perspectiva do autor para analisar um evento social sob a perspectiva transdisciplinar, que mantém efetivo diálogo com a multimodalidade e a teoria social, conforme será visto mais adiante neste trabalho.

Segundo Ormundo (2010, p. 14-23), Fairclough apresenta um modelo diferente do quadro tridimensional, proposto na obra *Discurso e Mudança Social* (2001) para analisar os eventos sociais. Conforme apontado por Ormundo (2010, p. 14-16), a abordagem transdisciplinar da ADC defendida por Fairclough mostra que, ao se examinar os elementos da análise textual, a investigação deve se iniciar pela análise social, por meio de três níveis de abstração: i) **eventos sociais**, em que o *texto* constitui-se no momento semiótico que orienta o referido evento; ii) **práticas sociais**, refere-se às *ordens do discurso* (gêneros, estilos) que constituem-se no momento semiótico que orienta a análise dessa prática; iii) **estruturas sociais**, em que a *linguagem* constitui o momento semiótico dessa estrutura.

Conforme demonstra Ormundo, Fairclough (2010, p. 15) diz que agentes sociais decidem optar por certas ordens do discurso na produção de seus textos intencionando produzir sentidos, potencialmente inovadores. Esses textos são “interdiscursivamente híbridos, pois misturam a produção inovadora de textos, tais como a modalidade e as variações nos discursos, nos gêneros e nos estilos”. Desse

modo, as instituições sociais (agentes sociais) produzem novos discursos, gêneros e estilos que podem ser relacionados a novas ordens do discurso. Essa dinâmica aponta a compreensão de que qualquer mudança no discurso está intimamente ligada no momento semiótico (sentido) das relações que os agentes sociais “travam nas instituições sociais, na organização social e nas práticas sociais ocorridas em qualquer ambiente”. Para melhor visualização da análise dos níveis de abstração trazidos pela ótica de Fairclough, Ormundo (2010, p. 15) apresenta o seguinte esquema:



Organograma 1: Caminhos para a análise social

Fonte: adaptado de Ormundo (2010, p.15)

A análise de Ormundo (2010, p. 15) no organograma demonstra que a dimensão do discurso como prática social não é mais vista como correspondência exata entre prática social e discurso, uma vez que o discurso, pelo novo enfoque de Fairclough, passa a ser considerado *como um dos momentos da prática social*.

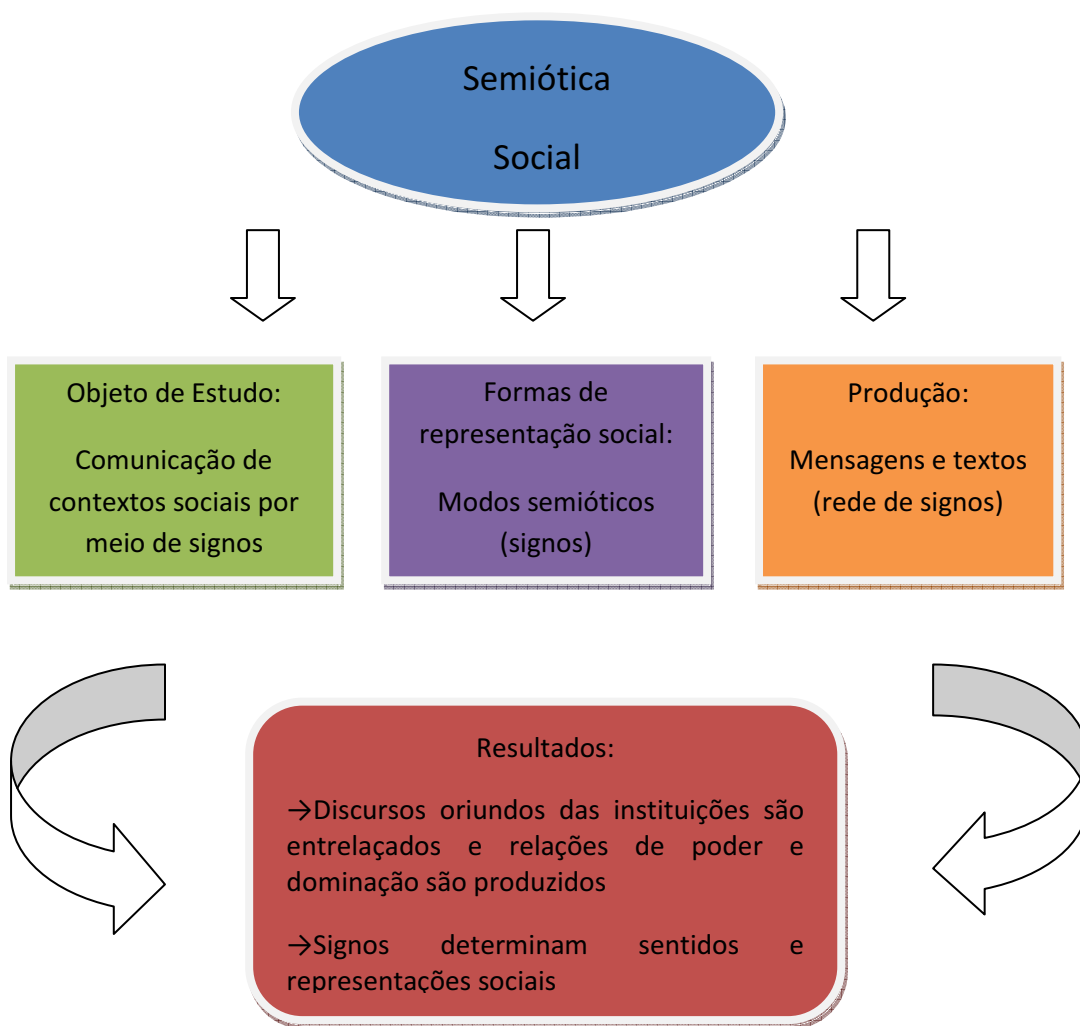
Segundo Ormundo (2010, p. 16), ao citar os estudos de Fairclough (2003), *as práticas sociais são constituídas por momentos de poder*, relações sociais, práticas materiais, crenças, valores, desejos, instituições sociais e também pelo discurso. Assim, o discurso reconhecido como um dos momentos da prática social assume o caráter transdisciplinar da ADC, haja vista a necessidade de se considerar a “complexa rede teórica de elementos políticos, sociológicos, filosóficos, religiosos, *ideológicos* que constituem as práticas sociais dos agentes de um determinado campo” (ORMUNDO, 2010, p. 16-17).

1.2 Semiótica Social

Semiótica Social é a ciência que estuda os signos na sociedade, cujo principal objeto de pesquisa é a comunicação dentro de determinado contexto social. De acordo com essa teoria, as variadas formas de representação social são chamadas modos semióticos. Conforme discorre Pimenta (2010) no artigo *Um olhar da semiótica social e da linguagem e da multimodalidade sobre o livro didático da língua estrangeira*, por meio da teoria da semiótica social é possível afirmar que o ponto de partida de enfoques multimodais em análises textuais refere-se a compreender a interpretação da linguagem e de seus significados nos seus diversos

modos comunicacionais e representacionais. Desse modo, “ao produzir mensagens e textos (redes de signos) discursos oriundos de diversas instituições são entrelaçados e *relações de poder e dominação são produzidas*” (PIMENTA, 2010).
(grifo nosso)

O seguinte organograma exemplifica como se processa a comunicação por meio da semiótica social:



Organograma 2. Processo comunicacional - Semiótica Social

Fonte: autora, adaptado de PIMENTA, 2010

Conforme demonstrado no organograma acima, os signos determinam sentidos e representações sociais. Assim, é imprescindível compreender como se processam esses sentidos, sejam verbais ou não verbais. Dada a relevância de investigar linguagem multimodal nesta pesquisa, verificou-se o que Vieira (2010, p.64) discorre sobre o que ela denomina textos híbridos (visual e textual). A autora postula que, no mundo atual, não reconhecer os sentidos visuais tornou-se fator de exclusão social. Para a pesquisadora, além de entender a linguagem textual, é preciso saber decifrar as novas regras de letramento visual. Nesse sentido, nos dizeres de Vieira (2010, p. 64)

[...] acreditamos que a comunicação visual está se tornando um campo cada vez menos de especialistas e cada vez mais crucial à comunicação pública. Isso inevitavelmente leva ao surgimento de novas regras, de regras mais formais de ensino. Dominar o chamado letramento visual será uma questão de sobrevivência, especialmente nos locais de trabalho.

Assim, pode-se inferir que textos visuais são também sistemas semióticos e servem aos requisitos de comunicação e de representação, para funcionar como um sistema amplo e completo de comunicação. De acordo com Kress e van Leeuwen (apud PIMENTA, 2010), os signos, ao serem criados, assumem um significado que querem expressar e esse significado é determinado por meio de um modo semiótico (como visto no organograma acima).

Conforme Sturken e Cartwright (2001, p. 25, tradução e paráfrase nossa), os significados de uma imagem não estão somente nos elementos dessa imagem. Só fazem sentido quando esses elementos são *consumidos, vistos e interpretados*.

Os significados, portanto, podem ser criados ou modificados toda vez que forem vistos.

Pimenta (2010) afirma que a semiótica social aliada a um enfoque multimodal,

[...] no processo de significação/produção e recepção de mensagens , tanto o autor quanto o leitor de uma determinada comunidade interpretativa escolhem ora um modo/recurso semiótico, ora outro, dentro da gama de modos semióticos disponíveis, para dar destaque ou ressaltá-lo num dado momento, a partir de determinadas escolhas. Porém, todos os modos semióticos se juntam/agrupam para formar a interpretação ou entendimento do texto. (grifo nosso)

Desse modo, tanto leitor quanto autor de mensagens (produção e recepção) fazem uso de modos semióticos variados, que agrupados, possibilitam interpretações distintas, conforme o sentido que se pretende estabelecer.

A pesquisadora Ormundo também expõe essa visão de semiótica social aliada ao enfoque multimodal da linguagem com finalidades de produção de sentido social. A autora afirma que a “modalidade deve ser pensada como uma questão central da vida social” (Ormundo, 2010, p. 27). Kress e van Leeuwen (apud ORMUNDO, 2010, p. 27) dizem que os postulados da semiótica social enfatizam que a modalidade, ultimamente, “tem sua fonte nas discussões e na concordância de um grupo de pessoas e que esses grupos e instituições sociais definem suas próprias verdades e as relacionam aos seus próprios modos, às verdades dos outros”.

A semiótica social atua, portanto, como método de se compreender como os signos funcionam num determinado contexto social, como esses grupos deparam suas verdades com as verdades dos outros, e de como esse modo semiótico

coopera na interpretação do sentido que se deseja dar a determinado modo comunicativo, seja texto ou imagem.

Assim, a semiótica social como método de investigação dos signos e de interpretação de sentidos ajuda a compreender como os textos multimodais usados pelo STJ expõem suas “verdades”, determinando sua representação social de Tribunal da Cidadania ¹.

1.3 Multimodalidade

A Teoria da Multimodalidade, como vertente da semiótica social, estuda similaridades com a intenção de unificar as teorias semióticas. Neste item, o estudo tem enfoque sobre como diferentes modos semióticos operam em textos multimodais, especialmente em relação à palavra e imagem.

De acordo com a teoria de van Leeuwen (2008, apud PIMENTA, 2010), em sua obra *Discourse and Practice: New Tools for Critical Discourse Analysis*, o autor fornece dados para analisar a atuação dos atores sociais e aplicá-la na representação visual, por meio de suportes imagéticos e midiáticos. Para isso, van Leeuwen analisou vários elementos, e nesta pesquisa os signos palavra e imagem foram o foco da análise.

¹ Mais adiante, no capítulo dois, analisar-se-á como o conceito de cidadania está consolidado atualmente e no capítulo três será feita uma exposição de ações de cidadania que o STJ pratica.

1.3.1 Palavra e imagem

Para van Leeuwen (2008, apud Pimenta, 2010), em meios comunicacionais, as divisões semióticas existentes entre palavra e imagem funcionam da seguinte forma:

a) **palavras** fornecem os fatos, explicações; o sentido precisa ser formulado por meio de muitas palavras;

b) **imagens** fornecem interpretações e ângulos ideologicamente coloridos, operando de forma sugestivamente e conotativamente.

Por outro lado, em tempos de globalização e extensa utilização de meios eletrônicos para produção de mensagens no ambiente *on-line*, observa-se que a linguagem tornou-se multissemiótica, pela combinação de vários elementos. Nesse sentido, segundo Vieira (2010, p.51-65), atualmente está ocorrendo uma relação de sujeição nos meios comunicacionais, em razão do processo de globalização. Para a pesquisadora, há uma revolução principalmente no campo da mídia eletrônica e “a sujeição à comunicação da mídia eletrônica, ao desenvolvimento e às transformações globais provocou mudanças e novas representações multissemióticas de tudo o que produzimos e vemos a nossa volta” (VIEIRA, 2010, p. 55).

Em relação a textos multimodais, Vieira (2010, p.61) diz que os significados não verbais fazem uso da linguagem visual. Esses textos multimodais se utilizam de cores, imagens, sons, movimentos corporais, texturas, fotografias.

Os estudos da multimodalidade de Kress e van Leeuwen (apud VIEIRA, p. 57) subsidiam a compreensão das composições textuais aliadas a imagens. Nesse sentido

As estruturas visuais formam significados, assim como as estruturas linguísticas e, por meio disso apontam para diferentes interpretações e para diferentes formas de interação social. Os significados que podem ser expressos pela língua e pela comunicação visual demonstram que certas coisas podem ser expressas verbalmente e visualmente. Outras podem ser ditas, apenas, visualmente, e outras, somente verbalmente. Mas quando algo pode ser dito de ambas maneiras, o modo pelo qual será expresso tanto verbal quanto visual será diferente.

De acordo com Santos (2010, p. 123), nos textos multimodais, existem vários códigos semióticos para designar como os significados podem ser percebidos. As imagens não podem ser vistas apenas como ilustração para o texto verbal, e “ele não é mais importante que o texto imagético”. Desse modo, tanto texto verbal quanto imagético operam de formas diferentes, mas nenhum dos dois perdem a importância quanto ao conteúdo a ser transmitido.

Para Kress e van Leeuwen (apud SANTOS, 2010, p. 123), a linguagem visual é “culturalmente determinada, logo, ela fornece ideias e conceitos para o significado da comunicação visual em um texto multimodal”. Portanto, textos multimodais remetem ao campo *ideológico e social* dos discursos. Nesse sentido, Kress e van Leeuwen (apud SANTOS, 2010, p. 124) veem

[...] a imagem como inteiramente envolvida no campo da ideologia, emergindo de posições ideológicas, com todas as complexidades desse argumento. O crescente entendimento da Análise do Discurso Crítica busca mostrar como os discursos aparentemente neutros e informativos de jornais, revistas, publicações governamentais, relatórios sociais e assim por diante podem veicular **atitudes ideológicas**, da mesma maneira como os discursos mais explicitamente editados para esse determinado fim; e como

a linguagem é usada para transmitir **poder e status** na interação social contemporânea. (grifo nosso)

Portanto, discursos que são compostos por imagens e textos são compostos conforme a cultura de cada comunidade, exigindo prática social e cultural próprias desse grupo. Assim, no campo multimodal de mensagens, observa-se que os signos usados estabelecem valores ideológicos nos discursos, transmitindo poder mas também *status* nas variadas formas de interação social.

1.4 Gramática do *Design* (sintaxe) Visual

Neste item, buscou-se base teórica de Kress e van Leeuwen, presente nas pesquisas de Ormundo (2010) para os estudos da gramática do *design* (sintaxe) visual. A pesquisadora (2010, p. 24) cita três sistemas que Kress e van Leeuwen utilizaram para orientar o processo de leitura de imagens:

1.4.1 Valor da informação – Eixo da verticalidade

Esse sistema avaliativo leva em consideração a localização (baixo-alto, centro-margem, direito-esquerdo) dos elementos **ideal-real** e **dado-novo**, participantes de uma imagem. No eixo *horizontal*, os elementos **dado-novo** são assim representados:

- a) **dado**, aquele que já é conhecido;
- b) **novo** é tido como o que foi acrescentado em relação ao novo.

Por sua vez, os elementos do eixo *vertical*, ***ideal-real*** são representados dessa maneira:

- a) ***ideal***, se estiver no plano superior (no alto);
- b) ***real***, se estiver posicionado no lado inferior (parte de baixo).

A seguinte tabela exemplifica visualmente essa informação sobre o eixo da verticalidade:

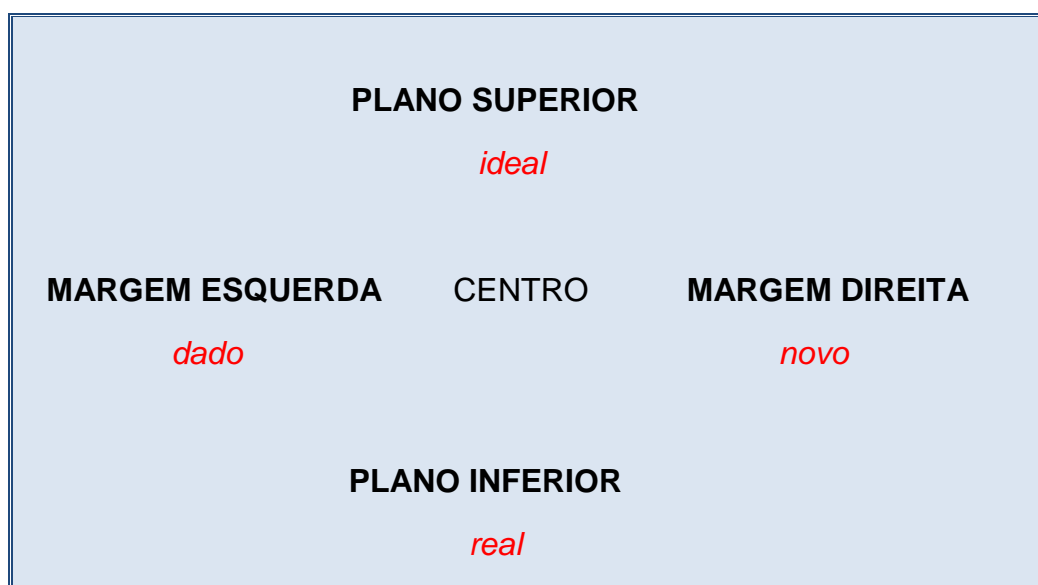


Figura 1 – Eixo da verticalidade

Fonte: autora, adaptado de PIMENTA (2010)

Outra avaliação que se pode inferir no eixo da verticalidade refere-se a relações de poder. O elemento mais representativo (mais poder) dessa relação localiza-se no alto da ilustração imagética, e o menos representativo, no lado de baixo.

1.4.2 Saliência

Esse critério de avaliação considera o modo como os elementos participantes de uma composição multimodal são produzidos para chamar a atenção de quem observa, em diferentes graus: lugar que ocupa, tamanho, contraste de cores, diferenças nas formas. Os elementos de composição como tamanho e localização também são considerados em relação ao espaço ocupado pela imagem num determinado texto multimodal. Por isso, quanto mais espaço ocupa, maior saliência possui essa imagem.

1.4.3 Enquadramento (*Framing*)

Diz respeito à presença ou ausência de divisão de molduras, sendo evidenciado por elementos que criam linhas divisórias para conectar ou desconectar elementos da imagem. Refere-se ao modo como os elementos se articulam no texto multimodal e de como se organizam na sintaxe visual.

Conforme discorre Ormundo (2010, p. 25), essas três categorias criadas por Kress e van Leeuwen aplicam-se não somente a textos visuais simples, mas a qualquer tipo de produção multimodal. Esses critérios servem para orientar o processo de composição e compreensão de textos que combinam linguagem verbal, imagem e outros elementos gráficos.

1.5 Modalização Linguística e Visual

A investigação da modalidade deve extrapolar os aspectos da oralidade e da escrita, uma vez que a inclusão do elemento multimodal tem se apresentado

como uma forma significativa na linguística, conforme apontado por Ormundo (2010, p. 28).

Van Leeuwen (apud ORMUNDO, 2010, p. 28-31) apresenta categorias analíticas que orientam a compreensão de como a multimodalidade visual atua em relação às categorias analíticas da semiótica visual, abaixo transcritas:

1.5.1 Modalidade linguística: por tradição, a linguística sempre se interessou pela modalidade centrada no sistema gramatical, como por exemplo, no uso dos verbos modais: *pode, será, deve*. Esses auxiliares expressam três graus de modalidade: baixa, média e alta. Para o autor, o conceito de verdade não estaria em verdadeiro ou falso, mas no nível em que ele é representado. Os substantivos *certeza, probabilidade ou possibilidade*, os adjetivos *certo, igual e possível*, bem como os advérbios *certamente, provavelmente, talvez*, também são indicativos de gradações.

1.5.2 Modalidade abstrata: bastante usada nas ciências visuais e nas artes plásticas. Assim, quanto mais uma imagem representa a essência do que é retratado, mais alta é a modalidade abstrata. Isso ocorre porque há uma redução de articulação da iluminação e das nuances das cores e os detalhes que criam diferenças são irrelevantes do ponto de vista da verdade essencial.

1.5.3 Modalidade tecnológica: neste caso, a verdade visual é baseada no uso prático da imagem. Assim, quanto mais uma imagem é usada como projeto ou auxílio para a ação, maior é sua modalidade.

1.5.4 Modalidade sensorial: a verdade visual nesta modalidade é baseada no efeito de prazer ou desprazer obtido pelo visual. É realizada pelo grau de articulação, de modo que a definição, a cor, a profundidade, o jogo de luz e a sombra, a torna mais real.

1.5.5 Modalidade naturalista: nesta modalidade, sua visão de verdade visual funciona da seguinte maneira: quanto maior a figura, maior o grau de representação da realidade, e consequentemente, maior o grau de modalidade.

1.5.6 Modalidade visual: está intimamente relacionada à forma como os elementos do texto são distribuídos na prática social. Exemplificando, funciona assim: a) se o elemento visual aparece na parte de cima, mostra o ideal (pode ser alcançado), então, apresenta modalidade baixa, b) se o elemento está localizado na parte de baixo, mostra o real (o que é ou está ao seu alcance), logo apresenta alta modalidade. Num texto, a distância e a proximidade também são categorias de modalidade visual. Numa imagem, a cor e a acuidade também são elementos identificadores de modalidade visual. Os elementos de distância também denotam modalidade: se não é real, é mostrada mais distante; se é real, é mostrada de perto.

Conforme Kress e van Leeuwen (apud ORMUNDO, 2010, p. 30-31), existem outros significados da expressão visual denominados recursos modalizadores, ou seja, marcadores de modalidade e estão relacionados a certos graus de articulação de cores. A seguinte tabela demonstra como esses recursos atuam como marcadores da modalidade visual:

Recurso Modalizador	Como operam como marcadores de modalidade
Graus de articulação do Detalhe	É uma escala de graduação que parte da linha mais simples do desenho até a mais nítida fotografia
Graus de articulação do pano de fundo	Tem zero articulação quando um objeto é mostrado como pano de fundo branco ou preto ou levemente esboçada, ou ainda, fora de foco para máximo de nitidez e detalhamento do pano de fundo
Graus de saturação de cor	Escala da ausência da saturação (preto/branco) ao uso da saturação máxima de cores
Graus de modulação de cor	Inicia com o uso da cor sem modulação no mesmo plano até a representação de finas nuances da modulação de uma determinada cor
Graus de diferenciação de cor	Escala que parte do monocromático até uso de uma paleta para mistura de cores
Graus de articulação da profundidade	Parte da ausência de representação de profundidade até chegar à máxima perspectiva de profundidade
Graus de articulação de luz e sombra	Escala que parte do zero até a articulação do número máximo de graus de profundidade de sombras
Grau de articulação de tom	Escala que parte desde dois tons de gradação de cor (preto e branco ou a versão clara e escura) até a máxima gradação de tom

Tabela ilustrativa 1. – Recursos Modalizadores

Fonte: autora, adaptado de Kress e van Leeuwen (apud ORMUNDO, 2010, p. 30-31)

De acordo com Ormundo (2010, p 31) esses significados de expressão visual permitem graus de variação, possibilitando, assim, que suas dimensões sejam aumentadas ou diminuídas, resultando em possibilidades de configurações de modalidade das imagens.

1.6 Ideologia

Nesta pesquisa, a análise de textos multimodais do tribunal induziu o estudo da ideologia para considerar a forma como as relações sociais se estruturam ideologicamente nesse tipo de discurso. Os teóricos da ADC e da Semiótica Social, como já visto nos capítulos anteriores, defendem que a linguagem é uma importante forma de exercer poder e de transmitir valores ideológicos. Nesse sentido, o estudo neste item tem foco na ideologia presente nos discursos das instituições.

Embora o objetivo não seja estudar profundamente a história de ideologia, os estudos de Marilena Chauí (1980), calcados nos fundamentos ideológicos sobre *poder e dominação de classes*, de Karl Marx, em comparação dialética aos pressupostos sobre questões de *sentido e relações de dominação* de Thompson (1995) foi o percurso desta análise.

Conforme Chauí (1980, p. 10-18), para Marx um dos conceitos de ideologia está relacionado ao princípio segundo o qual “as ideias de uma determinada classe social dominante se tornam ideias de todas as classes”,

resultando num processo de transformação de ideias dessa classe dominante para toda a sociedade.

Percebe-se, assim, o poder que um organismo social tem sobre a sociedade, quando defende sua ideologia discursivamente. O modo de atuar na sociedade, de se constituir como ator social, se define pela escolha da ideologia que estes entes decidem assumir.

Por sua vez, Thompson (1995, p. 81-89), na obra *Ideologia e Cultura Moderna*, defende que ideologia também significa os modos pelos quais as significações sociais são usadas para manter um poder dominante.

No entanto, dialeticamente, em contraposição a Karl Marx, Thompson (1995, p. 79) defende a teoria de que a ideologia não pode se vincular unicamente à dominação de classe, e que existem outros modos de desigualdade e exploração, por exemplo, àquelas ligadas à etnia, feminismo e socialismo.

O autor apresenta o conceito ideológico pelo qual o sentido, mobilizado por formas simbólicas, estabelece relações de dominação e de poder. Dessa forma, Thompson (1995, p. 79) preceitua:

[...] proponho conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido poder criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção de formas simbólicas.

Pela concepção de Thompson (idem, p. 82-89) a ideologia, em termos de relações de dominação e de poder, opera de cinco formas principais: i) **legitimação** - relações de dominação são apresentadas como justas e dignas de apoio; ii)

dissimulação - relações de dominação são ocultadas ou negadas, iii) **unificação** - relações de dominação são construídas em forma de unidade que une indivíduos numa identidade coletiva; iv) **fragmentação** - relações de dominação são constituídas com segmentação de grupos ou indivíduos que possam se transformar em desafio real aos grupos dominantes; e v) **reificação** - relações de dominação tem sua base na retratação de situações transitórias para situações permanentes.

Assim, pela concepção de Thompson, o sentido mobilizado socialmente pela linguagem utilizada pelas instituições define ideologicamente seu papel na sociedade. Isso significa que a linguagem pode representar sentidos ideológicos. Desse modo, infere-se que a produção textual ou imagética que o tribunal utiliza representa ideologicamente seu discurso.

1.7 Representação Social

O conceito inicial de representação social foi definido pelo sociólogo francês Émile Durkheim. O autor afirma que há uma primazia das ideias socialmente elaboradas sobre as ideias individuais, uma vez que o social tem poder coercitivo sobre o individual. Para o sociólogo, as representações sociais (coletivas) são as consciências individuais, que precede os indivíduos e molda suas consciências.

Em 1961, Serge Moscovici, psicólogo social, desenvolveu uma teoria mais abrangente de representação social, não desprezando a perspectiva individual das consciências, unindo-a às experiências e visão de mundo geradas pelo social.

Segundo Franco (2004), as representações sociais são:

“elementos simbólicos que os homens expressam mediante o uso de palavras e de gestos. No caso do uso de palavras, utilizando-se da linguagem oral ou escrita, os homens explicitam o que pensam, como percebem esta ou aquela situação, que opinião formulam acerca de determinado fato ou objeto, que expectativas desenvolvem a respeito disto ou daquilo.” (grifo nosso)

Para a autora, é indispensável conhecer o contexto em que os indivíduos estão inseridos mediante a realização de análise contextual cuidadosa, porque, afinal, as representações sociais são historicamente construídas e estão vinculadas aos diferentes grupos socioeconômicos, culturais e étnicos que as expressam por meio de mensagens. Assim, as representações sociais refletem as condições contextuais dos sujeitos que as elaboram.

Enfim, quando se fala em representações sociais, é preciso considerar outras premissas, pois elas são elaborações mentais construídas socialmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre a atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento. Essa relação ocorre na prática social e histórica da humanidade e que “se generaliza pela linguagem” (Franco, 2004).

Assim, representação social possibilita o conhecimento sobre o porquê e como o STJ se constitui socialmente, conforme a análise criteriosa das mensagens multimodais produzidas pelo tribunal.

CAPÍTULO 2. ESTUDOS

O objetivo deste capítulo é de investigar, de modo sucinto, dados históricos sobre como se constituíram os conceitos de cidadania e das dimensões dos direitos humanos. A partir desse levantamento observa-se que estes conceitos foram revisitados, com a instauração do advento da globalização, da informatização e dos modelos político/econômicos, especificamente o neoliberalismo.

2.1 Formação do conceito de cidadania

Para discorrer sobre o conceito de cidadão e cidadania, buscou-se o apoio teórico de Dallari (1998), e do acadêmico Santana (2010), em seu artigo *O que é cidadania*. Para a avaliação de como estes conceitos foram revisitados, foram encontrados subsídios teóricos nas pesquisas inovadoras de Moraes e Neto (RÚBIO et al, 2010), descritos na obra *Direitos Humanos e Globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica*.

Santana (2010) trata em seu artigo, historicamente, sobre a origem etimológica do termo cidadania, que vem do latim *civitas* - cidade. O autor explica que na Grécia de Platão e Aristóteles, cidadãos eram aqueles que podiam opinar sobre os rumos da sociedade, ou seja, as decisões partiam do individual para o coletivo.

Já na Roma antiga, segundo Dallari (1998, p. 14), a situação política de uma pessoa indicava os direitos que ela tinha ou que podia exercer, denotando estado de cidadão, pois participavam da política e da administração.

Conforme Santana (2010), coincidindo a decadência do Império Romano com o advento da Idade Média, ocorreram profundas alterações nas estruturas sociais. Nesse período a sociedade foi marcada pela rígida hierarquia de classes sociais: clero, nobres e servos. A igreja cristã passou a constituir-se como instituição básica de poder e as relações cidadão-Estado passaram a ser controladas pela igreja. Esse período é conhecido como *idade das trevas*, caracterizado pela dependência pessoal dos vassalos ao rei. E foi nessa fase em que o conceito de cidadania diluiu-se, por causa da hierarquia das classes sociais. O indivíduo, nesse período da história, era vassalo, servo, mas nunca cidadão.

Com o advento do Iluminismo (século XVIII), houve uma revolução no pensamento moderno sobre os conceitos de cidadania. Os principais pensadores franceses que marcaram a história nessa fase foram Rousseau, Montesquieu, Diderot, Voltaire e outros. Defendiam a liberdade, com ampla participação do povo e ideais de liberdade e igualdade, como direitos fundamentais dos homens.

Nesse sentido, observa-se que cidadania é um conceito que sempre esteve em constante construção. Desde quando surgiu a primeira noção de cidadania - da Grécia antiga até a pós-modernidade, observa-se um movimento crescente de defensores de uma nova conceituação do que seja ser cidadão e exercer cidadania.

No artigo *Neoliberalismo: o declínio do direito*, Agostinho Neto (Rúbio et al, 2010, p. 110-124) examina as consequências do impacto do modelo político/econômico neoliberal sobre noção de cidadania. Para o autor do artigo, o modelo neoliberal que se instala mundialmente, tende a esvaziar os direitos que foram se incorporando ao patrimônio jurídico dos sujeitos, considerados tanto individualmente quanto coletivamente, e se constitui de modo a se movimentar “em sentido contrário à tendência de acumulação de direitos e de ampliação dos espaços de reivindicação e de exercício da cidadania, que caracterizou estes dois últimos séculos no Ocidente” (2010, p. 122).

Em suas conclusões, Agostinho Neto afirma que a cidadania tem perdido seus sentidos para identificar-se ao acesso de consumo. Para o jurista, ser cidadão, no mundo neoliberal, “nada mais é do que aquele que pode consumir” (2010, p. 122).

Por sua vez, na esteira dos novos rumos da noção de cidadania, Moraes (Rúbio et al, 2010, p.125), no artigo *Direitos Humanos, Estado e Globalização*, explica como o cidadão se constitui no mundo globalizado e como a noção de cidadania tomou proporções diferenciadas em seu princípio fundamental: ter direito a ter direitos (humanos).

Moraes (2010, p. 143) afirma que a noção de cidadania deve ser “revisitada, não apenas em seus conteúdos, mas, e particularmente, em seus espaços de expressão”. No entanto, para o autor, quanto ao conteúdo, a cidadania ultrapassou há muito tempo o seu viés político e ingressou em outros setores: social, gênero, trabalho, escola, consumo, afetos, relações jurídico-jurisacionais. Para

Morais (2010, p. 144), a noção de cidadania está atrelada às dimensões de direitos humanos, como: i) **cidadania da liberdade** (liberdades negativas), ii) **da igualdade** (liberdades positivas e prestações públicas), iii) **da fraternidade/solidariedade** (novos conteúdos humanitários, ambientais, desenvolvimento sustentável, paz e acesso à informação por meio da informática).

2.2 Dimensões dos Direitos Humanos

Durante muito tempo, os direitos humanos receberam a tradicional classificação de *gerações* dos direitos. Mas essa classificação foi revisitada e, atualmente, juristas a denominam como *dimensões* de direitos humanos.

Na obra *Direitos Humanos e Globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica* (RÚBIO et al, 2010), Wolkmer (2010, p. 13-29) discute novos pressupostos para a temática dos direitos humanos e classifica esses direitos como *dimensões*, com base na ordem histórica, conforme explicadas a seguir:

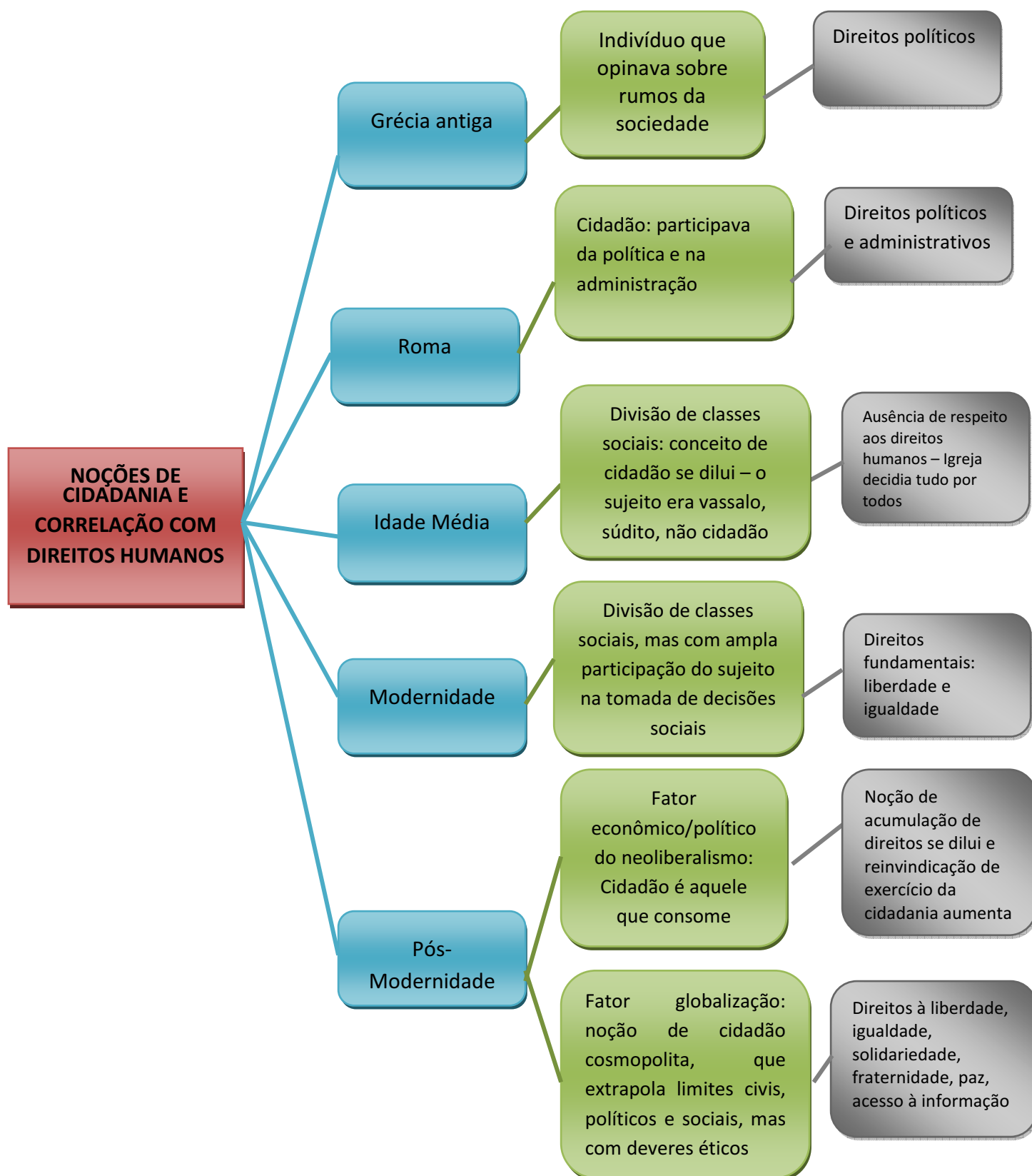
2.2.1 Dimensão dos direitos civis e políticos: são os direitos individuais vinculados à liberdade, igualdade, propriedade, segurança e resistência a qualquer forma de opressão.

2.2.2 Dimensão dos direitos sociais, econômicos e culturais: estão fundados nos princípios da igualdade e ensejam a garantia e concessão por parte do poder público a todas as pessoas, e o homem na sua individualidade continua sendo o titular desse direito.

2.2.3 Dimensão dos direitos coletivos e difusos: refere-se aos direitos de solidariedade. O enfoque caracterizador dessa dimensão é que o homem individual não é mais o titular desse direito, e sim, grupos de pessoas (família, povo, nação). Segundo o autor, existem duas interpretações quanto a essa dimensão: i) interpretação abrangente acerca dos direitos de solidariedade, relacionados à paz, à autodeterminação dos povos, ao meio ambiente saudável, qualidade de vida, direito de comunicação, dentre outros; e ii) interpretação específica acerca de direitos transindividuais (*sic*), em que se juntam os direitos de titularidade coletiva e difusa (direito ambiental e do consumidor).

2.2.4 Dimensão de direitos da Bioética: são os direitos relacionados à biotecnologia, bioética e engenharia genética, e todos esses têm ligação direta com a vida humana (reprodução assistida, inseminação artificial, aborto, eutanásia, cirurgias intrauterinas, transplantes de órgãos, clonagem, contracepção e outros).

2.2.5 Dimensão de direitos virtuais: são os direitos relacionados às tecnologias de informação (Internet), do ciberespaço e da realidade virtual. Conforme Wolkmer (2010, p. 23), vivenciamos hoje a “época do computador, da informação, da realidade virtual, do ciberespaço, dos chips e microchips, das conexões via cabo, da Internet e da intranet, enfim, da arquitetura em rede”. O seguinte organograma exemplifica a construção e evolução das noções de cidadania, desde a Grécia antiga até a pós-modernidade e de que forma estão relacionados às dimensões dos direitos humanos:



Organograma 3. Noções de Cidadania e correlação com direitos humanos.
 Fonte: autora, adaptado de Santana (2010), Dallari (1998) e Rúbio et al (2010)

CAPÍTULO 3. CONTEXTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

“A construção da cidadania não se faz pelo império da espada, mas pelo equilíbrio suave da balança”

Ministro Gilson Dipp

Neste capítulo a intenção é demonstrar por meio de quais ações o Superior Tribunal de Justiça busca ser reconhecido como o Tribunal da Cidadania. Esse título surgiu na gestão do Ministro Paulo Costa Leite, que presidiu o tribunal no biênio 2000/2002. O objetivo, à época, era demonstrar que o tribunal estava engajado nas causas sociais, buscando tornar a justiça mais célere e de fácil acesso ao cidadão.

No decorrer dos anos, novas práticas foram incorporadas no conjunto de ações do Tribunal, visando o reconhecimento da sociedade. Na posse do atual Presidente do Tribunal Ministro Ari Pargendler, eleito para o biênio 2010/2012, o Ministro Gilson Dipp (2010) proferiu discurso, publicado posteriormente na revista Justiça e Cidadania, em que salientou a importância de o STJ praticar ações para a “construção da cidadania”.

Para o ministro, o processo de cidadania é um ideal que está sempre em construção e essa obra no judiciário se dá pela definição dos direitos e dos deveres de cada indivíduo e dos atores “coletivos que atuam no corpo social”.

O STJ adota práticas que buscam justificar o título de Tribunal da Cidadania. Dentre essas ações, destacam-se os seguintes programas institucionais:

3.1 Programas relacionados à era digital

- Projeto de virtualização ² – Processo eletrônico: o programa STJ na Era Virtual tem como objetivo principal eliminar o papel como instrumento de trâmite processual por meio de tecnologias que proporcionem justiça mais célere, efetiva e acessível aos cidadãos. No âmbito do judiciário, mais do que uma quebra de paradigmas, é uma revolução. O projeto teve início em 2008, quando o então Presidente do Tribunal Ministro Cesar Asfor Rocha determinou a digitalização de 4.000 recursos extraordinários, inaugurando uma revolução inovadora no julgamento de processos de forma eletrônica.

Outras vertentes do programa são:

a) *e*-STJ: contempla projetos que promovem o acesso do jurisdicionado ao processo eletrônico pelos diversos meios: internet, celular, terminais de atendimento;

b) *t*-STJ: tramitação do processo eletrônico no STJ que contempla todos os projetos relacionados ao trâmite interno, desde a chegada do processo físico à tramitação virtual, por meio do Sistema Justiça (considerado um dos melhores do judiciário brasileiro);

c) *i*-STJ: programa que integra os órgãos do judiciário, entes públicos e/ou privados e o STJ, criando condições necessárias para a integração de sistemas e intercâmbio de dados, processos digitalizados e eletrônicos.;

² Os dados foram extraídos do livreto interno do STJ: Processo eletrônico, o Superior Tribunal de Justiça na era virtual.

d) Sistema PUSH: trata-se de envio automático de informações por *e-mail* aos usuários cadastrados e que oferece serviços de acompanhamento processual, notícias do STJ e informativo de jurisprudência. O serviço é gratuito e depende de cadastramento prévio no *site* do tribunal;

e) Petição Eletrônica: sistema de envio e acompanhamento de petição por meio eletrônico. Para utilizar o serviço, o usuário necessita de certificação digital.

A seguir estão elencados alguns benefícios e resultados já alcançados pelo programa de virtualização de processos: i) **celeridade judicial**, consolidado pelo aumento de até 90% na velocidade de trâmite do processo; ii) **acessibilidade**, por não existirem restrições físicas de acesso ao processo, bastando para isso ter um computador e permissões de uso ao programa; iii) **dos escaninhos físicos para os escaninhos eletrônicos**, com diminuição do espaço ocupado pelos processos físicos nas dependências do tribunal; iv) **redução substancial do tempo de distribuição dos processos**, por causa da virtualização, diminuiu de mais de três meses para, no máximo, 15 dias a distribuição aos ministros relatores dos processos que são recebidos eletronicamente; v) **diminuição de emissão de atestados médicos**, devido à manipulação física, havia alto índice de atestados por alergia a agentes causadores de doenças (ácaro, mofo, poeira); vi) **alcance social**, foram firmados convênios com entidades de deficientes auditivos que passaram a incorporar a força de trabalho do tribunal no processo de digitalização do acervo de processos judiciais, posicionando o tribunal como instituição apoiadora de inclusão social e digital; e vii) **impacto ambiental**, com eliminação de papel no trâmite processual e uso de *toners* para impressão na geração de documentos internos e

para advogados que consultam eletronicamente os processos e que solicitam também eletronicamente certidões e declarações via *on-line*.

3.2 Projetos voltados à preservação do meio ambiente

O objetivo do Programa de Responsabilidade Socioambiental é desenvolver e promover ações socioambientais, despertando na população o interesse pela preservação do meio ambiente e sua biodiversidade, para a conscientização dos problemas que afetam o planeta e, conseqüentemente, para a valorização da vida. Criado em 2008, o Programa de Responsabilidade Socioambiental possui duas vertentes: o STJ Solidário e o STJ Ambiental. Por meio dessas frentes, busca sensibilizar servidores, estagiários, prestadores de serviços e cidadãos em geral quanto à responsabilidade socioambiental de cada um.

a) STJ Solidário



O STJ oferece cursos supletivos para os funcionários, contrata profissionais portadores de necessidades especiais, faz frequentes doações de equipamentos e de computadores antigos e/ou desuso para escolas e para organizações similares. Além disso, o programa socioambiental do STJ também divulga e estimula a participação dos servidores em ações solidárias, como a rede "Anjos do Amanhã".

b) STJ Ambiental



Atuando em várias frentes, o Tribunal possui diversas iniciativas voltadas para preservação do meio ambiente. Em 2010, aderiu à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), programa de ação voluntária do Ministério do Meio Ambiente. A intenção é incentivar a criação de uma cultura socioambiental no Tribunal que também tenha reflexos na qualidade de vida dos funcionários.

O programa sociambiental promove ações sociais com entidades voluntárias, eventos culturais, campanhas solidárias em benefício de comunidades carentes, práticas de inclusão social, entre outras. Na questão ambiental, incentiva o combate a todas as formas de desperdício dos recursos naturais; adota critérios socioambientais nos investimentos, compras e contratações de serviços; promove gestões sustentáveis de água, energia e papel; realiza coleta seletiva e reciclagem de materiais, campanha de redução do uso de garrafas plásticas, entre outras iniciativas³.

³ Em anexos foram inseridos gráficos e tabelas que exemplificam estatisticamente os resultados obtidos pelo tribunal nas atividades de cidadania e de proteção ao meio ambiente.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DO *CORPUS*


O *corpus* desta pesquisa compreende a análise de textos multimodais utilizados pelo STJ. Foi utilizada a pesquisa qualitativa conforme os critérios propostos por Goldenberg (1997), segundo o qual a preocupação do pesquisador deve ser a de compreender as ações sociais de uma instituição, analisando o maior número de informações sobre o objeto de pesquisa. Nesse sentido, Goldenberg (1997, p. 14) preceitua:

Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, etc.

Nesta pesquisa foi feito o levantamento de dados de textos multimodais, com objetivo de analisá-los pela abordagem teórica da multimodalidade e modalização linguística e visual, com ancoragem nas pesquisas de Kress e van Leeuwen.


O *corpus* é constituído de dois cartazes, da logomarca sobre o programa de virtualização e da página do tribunal na internet (*site*). Objetiva-se avaliar de que forma o uso de textos multimodais em seus significados verbais e não verbais operam por meio de semioses discursivas, transmitindo, assim, o discurso social defendido pelo tribunal.

ANÁLISE DO FOLDER A:



Virtualização de Processos
do Superior Tribunal de Justiça.

O que antes acumulava espaço e papel, agora está a um clique.

 Acesse e informe-se:
www.stj.jus.br/virtualizacaoodeprocessos

Porque ter acesso rápido e fácil à Justiça é um direito seu.
STJ. O Tribunal da Cidadania.

Figura 2. Folder A – Processo de virtualização

Fonte: Coordenadoria de Programação Visual do STJ

A figura 2 (folder A) é sobre a virtualização de processos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. As seguintes análises foram delimitadas conforme os referenciais teóricos da pesquisa, a saber, multimodalidade e modalização visual e linguística.

Observa-se, quanto ao valor da informação, segundo o critério avaliativo de Kress e van Leeuwen (apud ORMUNDO, 2010, p. 24), os elementos visuais e textuais que participam desta imagem evidenciam a importância da virtualização de processos. Estão presentes os elementos: i) **dado** - acesso à justiça; e ii) **novo**, processo virtual, agora disponível eletronicamente, demonstrando a natureza da novidade no meio jurídico.

Conforme as categorias analíticas de modalidade visual de van Leeuwen (apud ORMUNDO, 2010, p. 28-31), as seguintes modalidades são apresentadas neste cartaz:

a) Tecnológica: o uso prático das imagens (computador e as telas abertas abaixo do *laptop*) salientam o uso da tecnologia e da linguagem *on-line* para chamar a atenção de como tramitam os processos virtuais;

b) Visual: o elemento textual de maior importância localiza-se na parte de cima do cartaz, demonstrando o **ideal** – virtualização de processos (pode ser alcançado);

c) Abstrata: evidenciada alta modalidade, pois as imagens retratam de forma nítida a essência do que é retratado (computador e as telas do *laptop* abertas na página do processo virtual).

Segundo os significados de expressão visual, os recursos modalizadores, há uma boa articulação do detalhe (cores nítidas), uso de cores diferenciadas e articulação devida da profundidade, possibilitando que as dimensões da informação visual fossem aumentadas.

De acordo com os estudos da gramática da sintaxe visual, pelo critério de saliência, observa-se que o espaço ocupado pelas imagens dá destaque à informação que se pretende transmitir: evidenciar o tema da virtualização. A informação imagética leva o leitor a compreender visualmente como opera o sistema do processo eletrônico.

As cores escuras usadas nos textos também salientam o grau de importância da virtualização dos processos. Para isso, foi usada a cor preta nas frases de destaque, em contraste à suavidade da cor branca usada em outras frases. Desse modo, a cor preta aparece nas frases:

a) no título (parte superior) “***Virtualização de processos***”;

b) nas frases “***o que antes acumulava papel e espaço, agora está a um clique***”;

c) e em “***porque ter acesso fácil e rápido à justiça é um direito seu. STJ Tribunal da Cidadania***”.

A cor branca utilizada em outras frases no cartaz denota pouco poder de chamar a atenção. Foi usada em expressões de menor importância para contrastar com a principal mensagem que se deseja transmitir. Assim:

- a) **“Virtualização de processos** (cor preta);
- b) **“do Superior Tribunal de Justiça”**(cor branca das palavras);
- c) **“acesse e informe-se:www.stj.jus.br/ virtualização de processos”**.
(cor branca das palavras).

O nome do tribunal aparece quatro vezes no cartaz: três vezes no texto impresso e uma vez como marca d'água (logomarca do STJ, no canto inferior à direita do cartaz). O uso excessivo denota a importância de demonstrar quem é o agente transformador de ideias que está por trás da ação de tornar o julgamento de processos por meio eletrônico (do processo físico ao virtual). Pelo lugar de destaque que ocupa no judiciário brasileiro, como tribunal superior, ideologicamente, o tribunal pode “vender” a ideia a outras classes de tribunais de instâncias inferiores (justiça de primeiro grau), bem como para toda a sociedade, que associa celeridade e rapidez no julgamento de processos de modo virtual ao conceito de promoção e defesa da cidadania ⁴.

As cores fortes e clássicas que predominam também nas imagens podem ser assim analisadas:

⁴ Vide em anexos estatística mensal de correspondências que o STJ recebe com pedidos de agilidade de julgamento de processos e outras queixas (e-mail, cartas, petições), **onde 60% das pessoas se reportam ao título de Tribunal da Cidadania** para atendimento de suas solicitações. Dados obtidos no setor de Ouvidoria do STJ.

- cor vermelha da blusa: remete à cor clássica que denota poder, força, (relembrando uso dessa cor nas roupas dos imperadores romanos, por exemplo);

- cor azul escuro usada no plano de fundo: uso de uma cor tradicional que denota parcialidade e seriedade (símbolos da justiça).

Em relação à representação visual dos atores sociais, segundo o critério de van Leeuwen (2008, apud Pimenta, 2010), nesse cartaz as **palavras** serviram ao propósito de fornecerem os dados, as informações sobre o processo virtual e as **imagens** forneceram interpretações e ângulos ideologicamente coloridos, uma vez que as telas e *laptop* transmitem a ideia defendida pelo tribunal de processar eletronicamente o processo judicial. A imagem do computador compacto também remete ao tempo moderno em que economia de espaço e de tempo são relevantes.

Ainda pelo viés ideológico e da teoria da ADC, as informações textuais conduzem o leitor a perceber a intencionalidade do discurso do tribunal: de que o acesso rápido e fácil é um direito de todas as pessoas, no pleno exercício de cidadania. Assim, o tribunal faz um discurso eivado de intenção para conduzir o leitor à ideia de que está usufruindo de direitos fundamentais: acesso à informação, presente nas dimensões dos direitos virtuais.

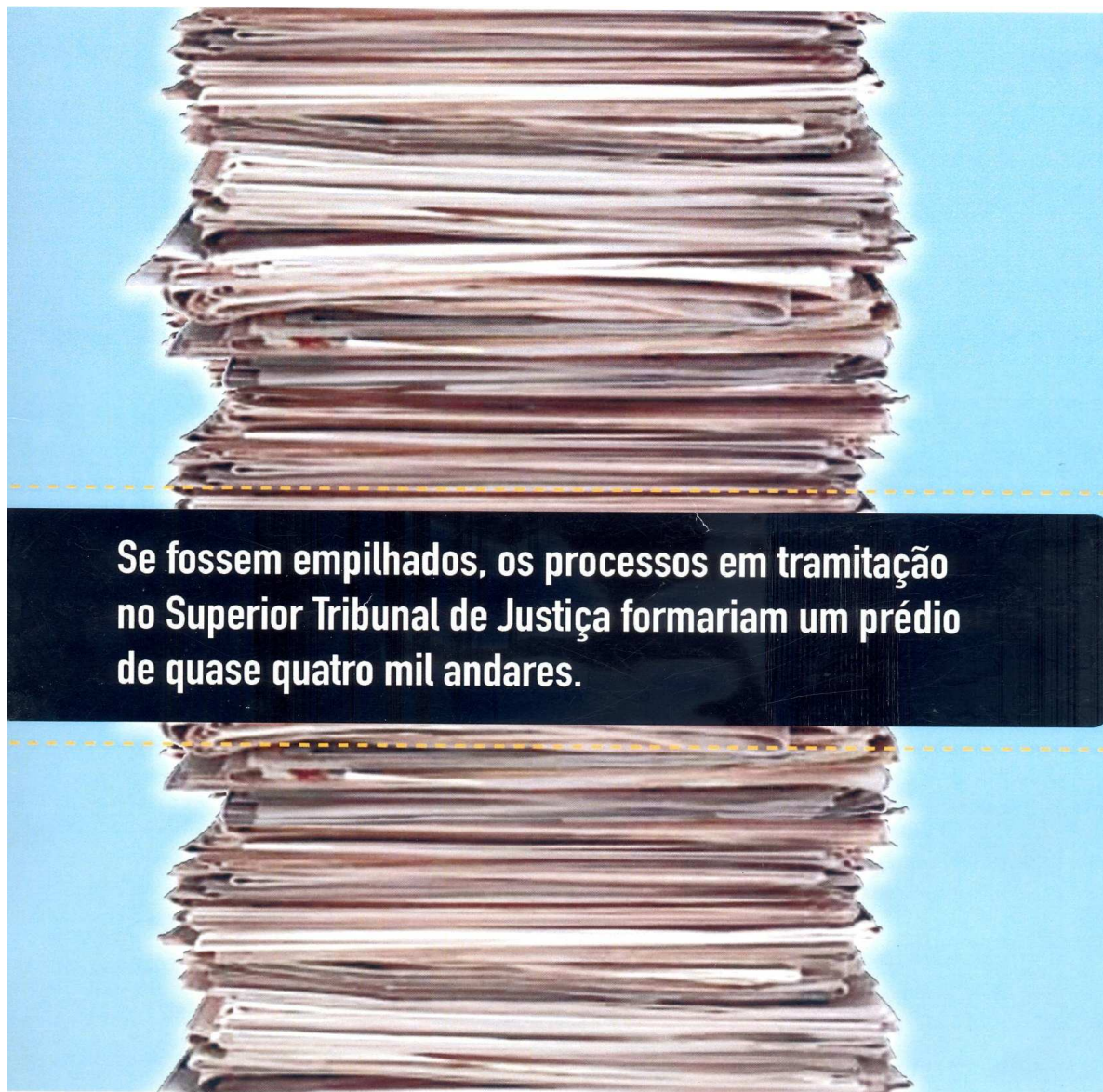
ANÁLISE DO FOLDER B:

Figura 3. Folder B – Processo de virtualização

Fonte: Coordenadoria de Programação Visual do STJ

A linguagem multimodal utilizada (texto/imagem) neste cartaz fala da vantagem do processo eletrônico por meio de diferentes semioses discursivas. No

entanto, o cartaz está eivado de sentido visual. Na modalidade visual, a verdade foi baseada no uso prático da imagem, denotando alta modalidade. A imagem da pilha de processos foi usada como forte auxílio para a ação. Dessa forma, o exagero usado intencionalmente acabou por produzir no leitor a ideia do quanto é vantajoso o processo eletrônico. Por sua vez, o produtor da mensagem “vende” a ideia de que o programa de virtualização é imprescindível para a sociedade.

Segundo a teoria da multimodalidade, algumas verdades podem ser ditas verbalmente e outras visualmente. Segundo discorre van Leeuwen (2008 apud PIMENTA, 2010), nos contextos comunicativos, palavra e imagem operam de maneira distinta. Nesse cartaz, os signos atuaram da seguinte maneira:

a) palavras forneceram os fatos: ***se fossem empilhados, os processos de tramitação no tribunal formariam um prédio de quase quatro mil andares;***

b) imagens (***pilha de processos***) forneceram interpretações e ângulos ideologicamente coloridos, conduzindo o leitor a uma verdade ideológica que o tribunal deseja construir: a importância da virtualização processual.

Conforme as categorias analíticas da modalização, as seguintes modalidades estão assim representadas nesse folder:

a) Tecnológica: o uso prático da imagem (***pilha de processos***) reforçam a importância do processo eletrônico, para demonstrar que o processo físico ocupa espaço e gastos com papel;

b) Linguística: o uso da expressão '*formariam um prédio de quase quatro mil andares*' remetem linguisticamente ao advérbio "*certamente*". O nível linguístico em que foi utilizado denota gradação de alta modalidade.

c) Visual: o elemento visual - a figura da pilha de processos, foi usado como algo real (alta modalidade), pois foi mostrado de perto (acuidade visual).

Quanto ao valor da informação, de acordo com a teoria da gramática visual, o espaço ocupado pela imagem é superior ao espaço ocupado pela linguagem verbal, com alto grau de saliência visual. Nesse sentido, o imagético operou para dar destaque à informação do processo virtual.

Portanto, nessa composição multimodal as divisões semióticas operaram assim: imagético funcionou de modo mais eficiente e as palavras assumiram papel secundário.

ANÁLISE DA LOGOMARCA DO PROGRAMA DE VIRTUALIZAÇÃO



Figura 4 - Logomarca do programa de virtualização

Fonte: Coordenadoria de Programação Visual do STJ

A composição de uma logomarca deve cumprir determinadas tarefas. Tem início com a escolha de ícones, seleção de cores e elaboração de um texto. Conforme preceitua Vieira (2010, p.58), uma marca que a princípio seria uma palavra, “passa a incorporar, a agregar símbolos à palavra escrita, que passará também a funcionar como uma imagem simbólica daquela marca”.

Pelos critérios de Kress e van Leeuwen, (1996, apud Ormundo) a respeito de modalidade visual, observa-se na logomarca a inserção do símbolo da fachada do prédio do STJ a fim de orientar o leitor. Essa escolha não foi aleatória, pois ocorre uma identificação visual da fachada do tribunal ao se olhar a logomarca.

O valor da informação está bem definida: **ideal** está no alto (processo eletrônico) e a ideia de **real** está no plano inferior (STJ na era virtual). Essa logomarca do programa de virtualização contribui para a associação do nome do Tribunal (usado duas vezes – STJ na era virtual e simbolicamente no uso da fachada

identificadora da instituição) a fim de que o leitor possa evocar mentalmente o patrocinador do programa de processo eletrônico. O uso de quadradinhos aleatórios no canto direito (alto) mostra a identificação clara de uso de tecnologia no novo programa institucional de virtualização.

ANÁLISE DO SITE DO STJ

STJ Superior Tribunal de Justiça
O Tribunal da Cidadania

Pesquisa: Pesquisa direcionada:

[Início](#) [Links](#) [Fale conosco](#) [Mapa do site](#) [Acessibilidade >](#) [A-](#) [A+](#) [AA](#) [A](#) [A](#) [A](#)

Conheça o STJ
[Ministros](#)
[Consultas](#)
[Licitações e contas públicas](#)
[Concursos e estágios](#)
[Biblioteca](#)
[Relações internacionais](#)
[Enfam](#)

Sala de Notícias
[Sala de Serviços Judiciais](#)

Transparência

Sistema Push
 E-mail:
 Senha:
[Entrar](#) [Cadastre-se](#)
[Lembrar Senha](#)
[Push antigo](#)

STJ Junior

[Intranet](#)
[Webmail Notes](#)
[Webmail Outlook](#)
[Aplicativos](#)

BDJur
Biblioteca Digital Jurídica

[Acesse aqui](#)

Sala de notícias
[Destques](#) [Mais notícias](#) [Rádio](#) [TV](#)

STJ rejeita recurso contra Palocci
 A ação discutia a suposta ocorrência de improbidade administrativa na contratação de empresa sem licitação quando Antônio Palocci era prefeito de Ribeirão Preto (SP). A decisão da Primeira Turma do STJ manteve posição do TJSP, que afastou a ilegalidade do ato. [Leia mais](#)

Corte Especial recebe denúncia contra procurador regional da República
Testamento do fundador do banco Bradesco é legal, diz STJ

Prescrição da ação por improbidade não impede análise do ressarcimento no mesmo processo

Veja também

STJ 2014
Plano estratégico
 Saiba os objetivos, metas e iniciativas do Tribunal para o período 2010/2014. [Leia mais](#)

Expediente no fim do ano
 Funcionamento do STJ será das 9h às 18h entre os dias 20 de dezembro e 1º de janeiro. [Leia mais](#)

Jurisprudência aprimorada
 STJ oferece quatro novos serviços de pesquisa em sua base de dados. [Leia mais](#)

Comuniqu-se com o STJ

Pesquisa de satisfação
 Avalie os serviços oferecidos pelo Tribunal

STJ no Twitter
 Acompanhe as notícias do STJ pelo twitter. @STJNoticias

Sala de Serviços Judiciais
JURISPRUDÊNCIA
 Parâmetro de pesquisa:
[Pesquisar](#)
[Opções de busca](#)

PROCESSOS
 Número do processo:
[Pesquisar](#)
[Opções de busca](#)

DJ ELETRÔNICO
[Acesso direto ao sistema](#)
[Guia para consulta à publicação](#)

E-STJ
PETIÇÃO ELETRÔNICA
[Saiba como utilizar](#)
VISUALIZAÇÃO DE PROCESSOS
[Saiba como utilizar](#)
MAIS SERVIÇOS
[Tira-dúvidas](#)

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP: 70095-900 - Brasília - DF
 Telefone: (61) 3319-8000 | Informações Processuais: (61) 3319-8410 | [Outros telefones do STJ](#)
 © 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.

Notícias via RSS

Figura 5. Página do site do STJ na internet

Fonte: Disponível em <http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp> Acesso em: 27 out. 2010

A análise do *site* foi feita com base nas teorias de Kress e van Leeuwen (apud ORMUNDO, 2010, p. 25), sobre categorias analíticas da gramática da sintaxe visual, aplicadas nesse item, especificamente, no estudo da linguagem multimodal no ambiente *on-line*.

Importa frisar que o posicionamento dos elementos texto e imagem orientam a construção da mensagem virtual. A linguagem usada no ambiente *on-line* é caracterizada pela combinação de diversas semioses, pelo lugar que ocupam e também pelas ferramentas disponíveis na *web*.

No *site* do STJ (portal www.stj.jus.br) estão disponíveis diversas ferramentas que visam auxiliar o cidadão comum e os jurisdicionados na busca de informações processuais e outros serviços. Na página do portal, do lado esquerdo, encontram-se os *links* facilitadores, abaixo descritos:

a) Sistema PUSH: trata-se de envio automático de informações por *e-mail* aos usuários cadastrados e que oferece serviços de acompanhamento processual, notícias do STJ e informativo de jurisprudência;

b) STJunior: *Link* do *site* do STJ, voltado ao público infanto-juvenil, com linguagem e visual lúdico. Contém explicações sobre a justiça e funcionamento do STJ. O STJunior foi projetado para traduzir a linguagem jurídica para crianças e adolescentes e compreensão do papel da Justiça nas relações da sociedade moderna. Com a ajuda de seis personagens, o *site* explica o trabalho do STJ no formato de histórias em quadrinhos;

c) *Links* para acesso dos servidores do tribunal à Intranet, Webmail Notes e Outlook e Aplicativos;

d) Biblioteca Virtual: BDJur é um programa em que estão os repositórios de documentos jurídicos em inteiro teor, tais como capítulos de livros e periódicos, teses, dissertações.

Foi destinado um espaço de comunicação com o público usuário do *site*, na parte central da página: Comunique-se com o STJ (miolo, parte de baixo) com os seguintes *links*:

a) *Link* para Pesquisa de satisfação;

b) *Link* para o *Twitter*: por meio do endereço *twitter@STJNoticias*, os usuários podem acompanhar, em tempo real, notícias sobre decisões e eventos institucionais e, ainda, informações sobre atuação dos ministros do tribunal.

No lado direito encontram-se as abas que encaminham o usuário aos serviços de acesso ao processo judicial eletrônico, denominada Sala de Serviços Judiciais, em que os usuários podem obter informações processuais e utilizar serviços virtuais, tais como: i) Acesso à jurisprudência do tribunal; ii) consulta a processos; iii) consulta a decisões publicadas no Diário da Justiça eletrônico; iv) E-STJ, que engloba as vertentes do processo eletrônico: petição eletrônica e virtualização de processos.

Ainda no miolo do *site* estão inseridas informações na “sala de notícias” sobre julgamento de processos de destaque para a sociedade, de relevância e abrangência social.

No *site* observa-se a intencionalidade de identificar a instituição com imagens que simbolizam o tribunal, denotando alta modalidade abstrata. A inserção dessas imagens remete visualmente o leitor à instituição, assim destacadas:

a) foto do tribunal no cabeçalho (*header*⁵ – em que se encontram o nome do tribunal e as imagens);

b) a fachada que existe no prédio do STJ (listas azuis onduladas), inserida como pano de fundo (*background*⁶) no cabeçalho da página;

c) imagem em vitral da escultura da “Mão de Deus”⁷, usada duas vezes – no *link* da Transparência e no *link* para o *twitter*.

Observa-se que quanto mais essas imagens foram utilizadas, mais elas se aprofundaram na essência do que é retratado, fazendo com que o leitor identifique de pronto a figura da instituição.

As imagens usadas também servem para projetar a ação (modalidade tecnológica). Aparecem nos *links* do *site* dessa forma:

⁵ *Header* são as informações visuais e textuais do cabeçalho ou topo. Em qualquer aba aberta pelo usuário, aparecem as mesmas imagens do cabeçalho.

⁶ Em português o termo técnico para *background*, usado em construções de sites equivale a “imagem de fundo” ou “plano de fundo”.

⁷ Esta ilustração é a escultura que se chama a “Mão de Deus”, da artista plástica Marianne Peretti e encontra-se na sala de julgamentos do Plenário do tribunal. No site do STJ há a informação de que o vitral representa a vigilância exercida pelo Judiciário. A “mão” remete ao tempo medieval, revivendo o juízo de Deus, quando o suspeito ou acusado tinha as mãos queimadas: se cicatrizadas pela intervenção divina, era declarado inocente, em contrário, era condenado.

a) no *link* do STJunior – figura de um personagem infantil, levando o leitor a perceber de imediato que se trata de um campo destinado ao público infanto-juvenil que acessa a página;

b) no *link* da Transparência - figura da escultura “Mão de Deus” operando como se fosse para indicar a vigilância exercida pelo tribunal. O olho da imagem remete à representação de que as decisões do tribunal são divulgadas com transparência;

c) no *link* da pesquisa de satisfação – figura de uma mão escrevendo, numa clara identificação de respostas a questionários;

d) no *link* da página do *twitter* – novamente o uso da escultura da “Mão de Deus”, escolhida outra vez por ser um símbolo de identificação do tribunal.

Em todos esses *links*, as figuras foram usadas para projetar visualmente os referidos programas.

Conforme os estudos dos modalizadores visuais, percebe-se o uso de várias cores, mas sempre em tons pastéis. O miolo do *site*, na seção central, apresenta fundo (*background*) na cor cinza, denotando visualmente e projetando mensagem de imparcialidade, como se o uso de cores claras de nuances sutis favorecesse o conceito da justiça, que, por força ideológica, deve manter-se neutra em seu princípio de julgamento imparcial.

Por outro lado, no *link* do STJunior, foram usadas cores vibrantes, (*background* laranja, objetos e figuras vermelhas, roxas, verdes e azuis) justamente

para chamar atenção do público infanto-juvenil que acessa a página, conforme ilustração abaixo:



Figura 5: *Link para o STJunior*

Fonte: Disponível em <http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp> Acesso em 27 out. 2010

Para reforçar o conceito de Tribunal da cidadania, no *site* encontram-se *links* para que o público conheça os programas voltados às ações de cidadania. Essa informação não ganhou relevância na construção da página principal do *site*, entretanto está inserida no primeiro *link* à esquerda: Conheça o tribunal.

Vide ilustração da página abaixo:



Figura 7: Programas e projetos institucionais

Fonte: Disponível em <http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp> Acesso em 27 out. 2010

Observa-se ainda que o programa de acesso *on-line* ao processo virtual e demais ferramentas para acessibilidade eletrônica ocupam no *site* praticamente $\frac{1}{4}$ de espaço para acesso aos programas. A posição dos citados *links* que estão situados do lado direito da página entra em consonância com o conceito de **novo/dado** do eixo da verticalidade. A importância que foi dada ao espaço e ao posicionamento do elemento **novo** – julgamento de processos por meio processo eletrônico (lado direito) evidencia a importância que o tribunal quer transmitir sobre o novo procedimento.

Ainda sobre o eixo da verticalidade, o elemento de poder mais representativo – encontra-se no lado superior, denotando posição de poder. Nesse item, o Tribunal, não aleatoriamente, inseriu o texto no cabeçalho: Superior Tribunal

de Justiça – o Tribunal da Cidadania (posição superior). Ideologicamente, o discurso a ser transmitido é o do tribunal que está em construção do ideal de defesa da cidadania que a sociedade almeja.

No acesso ao *Twitter*, que opera por meio desse serviço de *microblog* gratuito da internet, os usuários do *site* do STJ podem acompanhar notícias sobre decisões, eventos e iniciativas institucionais em tempo real. Levando-se em consideração que a limitação de 140 caracteres num texto postado no *twitter*, é possível proporcionar acesso às decisões do tribunal de forma quase imediata. Essa é mais uma ação voltada à inserção do tribunal na era virtual.

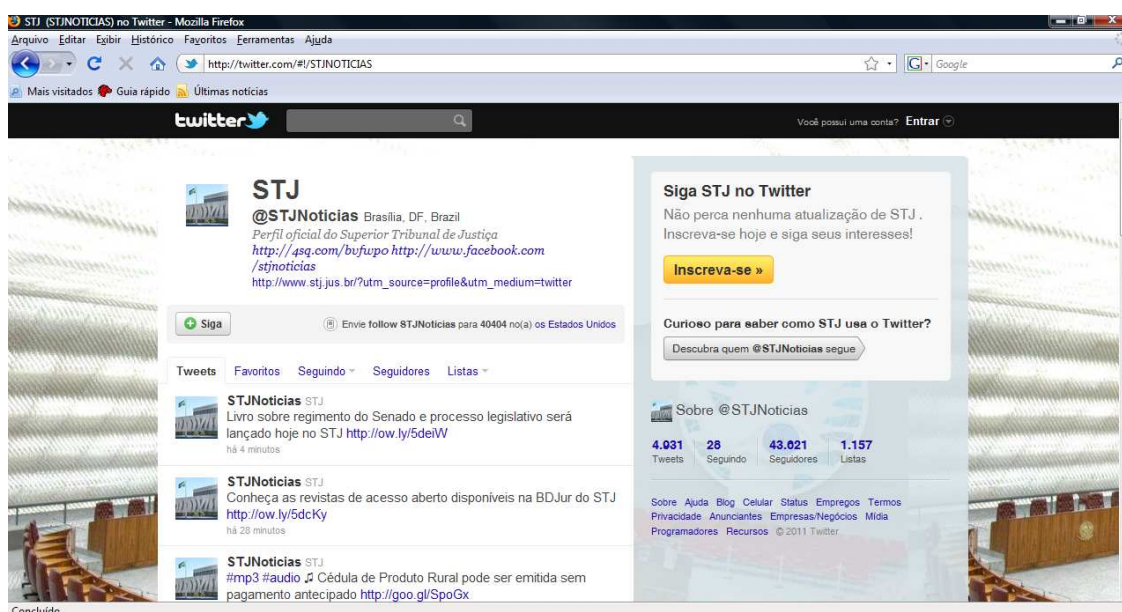


Figura 8. Página do *twitter* do STJ

Fonte: Disponível em: <http://twitter.com/STJNoticias>. Acesso em 29 out.2010

Depreende-se da análise dos elementos multimodais inseridos no *site* que o discurso do Tribunal na página da internet foi mediado por texto e imagem. Esses

elementos aliados nessa composição proporcionam ao leitor a compreensão de que o tribunal encontra-se engajado em causas sociais, como preservação e proteção do meio ambiente, bem como a possibilidade de acesso rápido à justiça por meio do julgamento de processos eletrônicos.

O discurso apresentado no *site* demonstra a preocupação do tribunal em agir em prol do ideal de uma instituição que se preocupa com a defesa da cidadania, da proteção ambiental e com julgamento de processos eletronicamente, com amplo acesso do cidadão às informações processuais de modo virtual. Portanto, é importante salientar que todas essas ações estão correlacionadas às dimensões dos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscou-se avaliar de que forma se constitui a representação social do STJ e de como a linguagem multimodal usada pelo Superior Tribunal de Justiça expõe a imagem social e ideológica de Tribunal da Cidadania.

No capítulo um, foi trazida a fundamentação teórica da ADC, da semiótica social, da multimodalidade e da gramática da sintaxe visual com a finalidade de orientar a avaliação do *corpus* da pesquisa.

Foi visto de que forma ocorreu a construção dos conceitos de cidadão, cidadania e de direitos humanos ao longo da história e de que forma esses conceitos estão hoje consolidados. Esse estudo ajudou a compreender de que forma o STJ, ao praticar ações de cidadania e de defesa dos direitos humanos, se constitui socialmente no meio jurídico e perante a sociedade.

A intenção de estudar a conceituação de ideologia, segundo as teorias de Marx e de Thompson foi avaliar e compreender como os organismos sociais se fazem representar por meio da ideologia que defendem. O STJ, ao assumir um ideal compromissado com a defesa da cidadania e dos direitos humanos, firma-se ideologicamente sobre outras classes sociais.

Compreender que representação social é historicamente construída e que está vinculada aos diferentes grupos socioeconômicos, culturais e étnicos que as

expressam, por meio de mensagens, levou à conclusão de que as representações sociais refletem as condições contextuais dos sujeitos que as elaboram.

Seguindo o percurso da Análise do Discurso Crítica, verificou-se que os agentes sociais, quando escolhem determinadas ordens no discurso na produção de seus textos, intencionam produzir sentidos, potencialmente inovadores.

O estudo da semiótica social, na vertente da multimodalidade e a teoria da gramática da sintaxe visual, sob o enfoque da modalização linguística e visual fez compreender que os signos são modos semióticos que assumem papel relevante na construção de sentidos da comunicação, seja visual, seja textual. Saber interpretar os modos comunicacionais usados numa determinada cultura leva à compreensão de que os discursos produzidos por qualquer instituição acabam sendo entrelaçados, levando conseqüentemente a produzir relações de poder e dominação, pois todo discurso é eivado de poder.

Conforme a análise do *corpus* deste trabalho, pelas avaliações dos cartazes e outras figuras mostraram que, nessas mensagens, texto e imagem atuam de formas diferentes, no entanto, ambos funcionam como ferramentas de transmissão de ideias, e mais que isso, de ideais. E a linguagem contribui significativamente para o alcance desse objetivo, uma vez que é uma arma ideológica poderosa.

Concluiu-se, portanto, que textos multimodais utilizados pelo Superior Tribunal de Justiça representam socialmente o tribunal, inclusive pelo fato de que o cidadão comum se reporta ao STJ como o Tribunal da Cidadania (60% das

correspondências recebidas da ouvidoria comprovam esse fato). O uso da linguagem está evitado de discurso ideológico para demonstrar que, ao desenvolver iniciativas de alcance social que vão além de suas atividades judicantes, como proteção ao meio ambiente e julgamento de processos eletronicamente, demonstra o compromisso do Tribunal com a promoção da cidadania e de defesa dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

DALLARI, Dalmo. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1988.

DIPP, Gilson. O Tribunal da cidadania. *Revista Justiça e cidadania*, Brasília, p. 11-14, set/2010.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Representações Sociais, Ideologia e Desenvolvimento da Consciência*. Programa de Estudos Pós-Graduados de Psicologia da Educação da PUC/SP. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a08n121.pdf>> Acesso em: 30 out. 2010.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. *Normas da ABNT – comentadas para trabalhos científicos*. 3 ed. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

KRESS, G; van LEEUWEN, T. *Reading Images: the Grammar of visual design*. Londres: Routledge, 2006.

_____. *Studios sobre el discurso: una introducción multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.

ORMUNDO, Joana da Silva. *Análise Social, linguagem e globalização: uma abordagem transdisciplinar da Análise do Discurso Crítica*. In: _____. *Discursos nas práticas sociais: perspectivas em multimodalidade e em gramática sistêmico-funcional*. São Paulo: Editora AnnaBlume, 2010, p.13-32.

PIMENTA, Sônia Maria Oliveira. *Um olhar da semiótica social e da linguagem e da multimodalidade sobre o livro didático da língua estrangeira*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlc/enil/pdf/86_Sonia_Maria_OP.pdf> Acesso em: 23 out. 2010.

Processo eletrônico, o Superior Tribunal de Justiça na era virtual. Brasília: Coordenadoria de Programação Visual do STJ, ago/2010, volume 1.

RÚBIO, David Sanchez; FLORES, Joaquín Herrera; CARVALHO, Salo de (Org). *Direitos Humanos e Globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica*. 2 ed. Porto Alegre: EdipucRS, 2010. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/órgãos/edipucrs/>> Acesso em: 3 ago. 2010.

SANTANA, Marco Silva de. *O que é cidadania*. Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/estudantesdireito/fadipa/marcossilviodesantana/cidadania.htm>> Acessado em 2 out. 2010.

SANTOS, José Miguel dos. *A influência da diagramação e da manipulação de imagens na leitura*. In: VIEIRA et al (Org). *Discursos nas práticas sociais: perspectivas em multimodalidade e em gramática sistêmico-funcional*. São Paulo: Editora AnnaBlume, 2010, p. 107-128.

STURKEN, Marita; CARTWRIGHT, Lisa. *Practices of Looking: An Introduction to Visual Culture*. USA: Oxford University Press, 2001.

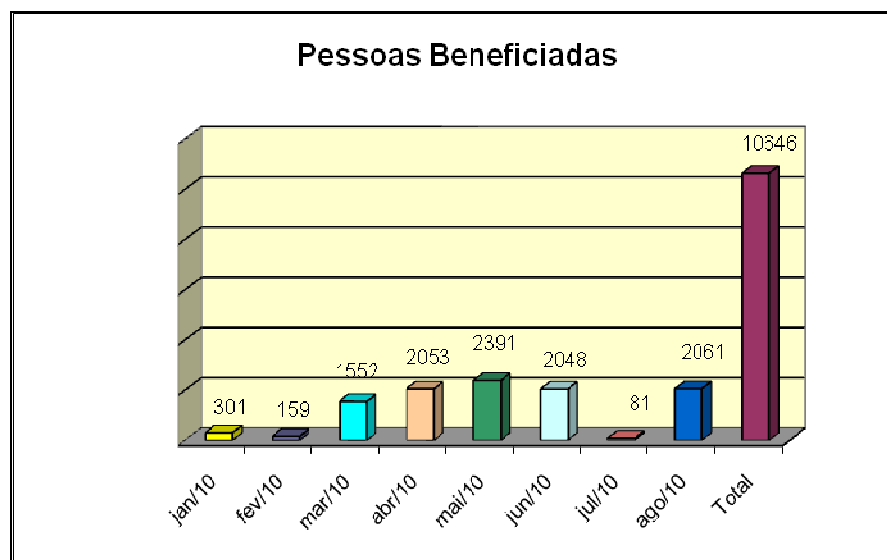
THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

VIEIRA, Josenia Antunes; BENTO, André Lúcio; ORMUNDO, Joana da Silva (Org.). *Discursos nas práticas Sociais: perspectivas em multimodalidade e em gramática sistêmico-funcional*. São Paulo: Editora AnnaBlume, 2010.

_____. Afinal, existem metáforas visuais? In: _____. *Discursos nas práticas Sociais: perspectivas em multimodalidade e em gramática sistêmico-funcional*. São Paulo: Editora AnnaBlume, 2010, p. 51-65.

Site do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp> Acesso em: 27 out. 2010.

Página do *twitter* do STJ. Disponível em: <<http://twitter.com/STJNoticias>> Acesso em: 29 out. 2010.

ANEXO A: Tabela 1. Pessoas beneficiadas* em 2010 por programas sociais do STJ

*Pessoas beneficiadas referem-se a público externo, não servidores do tribunal (estudantes, menores carentes, ex detentos, semialfabetizados, idosos, portadores de necessidades especiais, etc).

ANEXO B: Tabela 2: Índices de redução do impacto ambiental

RESULTADO 2010	Índice de Redução de Consumo de Papel.	Índice de Economia de Energia Elétrica.	Índice de Economia de Água.	Índice de Tratamento dos Resíduos Sólidos.	Índice de Tratamento e Descontaminação Lâmpadas Fluorescentes.	Redução do Impacto
	Papel	Energia Elétrica	Água	Resíduos	Lâmpadas	Redução do Impacto
1º semestre	1,34%	-17,39%	-0,53%	70%	100%	21,63%
2º semestre						0

Obs. Os três primeiros itens recebem um peso maior por trazerem economia financeira para o STJ.

ANEXO C: Tabela 3. Demonstrativo de Somatório mensal das pessoas beneficiadas pelos diversos projetos de cidadania:

Projetos Sociais	jan/10	fev/10	mar/10	abr/10	mai/10	jun/10	jul/10	ago/10	Total
Sociedade para Todas as Idades	0	0	70	155	88	45	0	90	448
Museu-Escola	0	0	726	807	990	674	35	727	3959
Despertador Vocacional Jurídico	0	0	283	306	261	247	0	364	1461
Saber Universitário da Justiça (antigo Visitação)	0	32	277	389	706	603	58	448	2513
Eventos Culturais	42	110	200	400	350	530	49	350	2031
Voluntariado*								53	53
Escolarização Supletiva **									0
Atendimento de Excelência (Treinamento STJ)									0
Programa de Visitação Técnica (antigo Estágio Não-Remunerado)		24	0	0	0	0	0	26	50
Liberdade Legal***	3								3
Programa de Digitalização (Parceria com o CETEFE)	256	-7	-4	-4	-4	-51	-61	3	128
Total	301	159	1552	2053	2391	2048	81	2061	10646
Total Mensal Acumulado	301	460	2012	4065	6456	8504	8585	10646	

* Programa de voluntariado passou o primeiro semestre apenas fazendo treinamento de voluntários. Ações iniciaram em ago/2010 – entrega de fraldas geriátricas a lar de idosos e arrecadação de livros para creches.

** Escolarização supletiva não funcionou este ano no STJ.

*** Programa de apoio aos detentos iniciado em maio/2009.

ANEXO D: TABELA 4 – Demonstrativo mensal de pedidos e outros assuntos recebidos pela Ouvidoria do STJ

Este quadro quantitativo de pedidos e de outros assuntos que chegam ao STJ foi fornecido pela Ouvidoria do STJ, referente ao mês de outubro/2010. Conforme dados do setor, desse quantitativo, **cerca de 60% de pedidos que chegam ao STJ***, o remetente invoca o título de **Tribunal da Cidadania**.

Ouvidoria

Mês: outubro/2010 Ano: 2010- STJ

TIPO	
Crítica	107
Elogio	67
Informação	312
Reclamação	381
Sugestão	62

CATEGORIA	
ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL	121
CONCURSOS DO STJ	3
DEMORA NO JULGAMENTO	120
DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO	1
ELOGIO	46
ESTÁGIO NO STJ	1
INCOMPREENSÃO DO ANDAMENTO	3

INSTITUCIONAL	59
JURISPRUDÊNCIA	35
ORIENTAÇÃO JURÍDICA	55
OUTROS	355
PEDIDO PREFERÊNCIA NO JULGAMENTO	54
PESQUISA DE DOCTRINA/LEGISLAÇÃO	4
PREVISÃO DE JULGAMENTO	23
PROBLEMAS NO ACESSO AOS ACÓRDÃOS	6
REFERENTE AO SITE	20
ROTINA PROCESSUAL	14
SERVIDORES E AUTORIDADES	1
SISTEMA PUSH	25
SOLICITAÇÕES DIVERSAS	45

*Total de manifestações: **969 (desse total, cerca de 60% vem com a referência ao Tribunal da cidadania)**

Tempo médio para resposta: 2 dias

ANEXO F: Foto do Vitral da escultura “Mão de Deus”, de Marianne Peretti, localizado no Plenário do STJ

